ANO XXI • Nº 903 • DE 19 DE ABRIL A 2 MAIO DE 2010 • sintufrj.org.br • sintufrj@sintufrj.org.br

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Marcha contra o congelamento dos salários e desmonte do serviço público

Foto: Raquel Carlucho

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS da UFRJ na Esplanada dos Ministérios

Cerca de quatro mil funcionários públicos participaram da manifestação em Brasília, na quinta-feira, 15 de abril, contra a aprovação do PLP 549/09 que congela por 10 anos os salários do funcionalismo e restringe gastos com o serviço público. A maioria dos manifestantes era de técnicos-administrativos das universidades federais. O SINTUFRJ enviou dois ônibus com 85 trabalhadores da UFRJ. Fasubra, Condsef e CUT lideraram o ato público e fizeram pressão aos parlamentares no Congresso Nacional. *Página 3*

Universidade para pela URP

UnB para pelo pagamento dos 26,05%. Professores, técnicos-administrativos e estudantes estão em greve desde março. *Página 8*

Reunião do GT-Antirracismo

Nesta terça-feira, 20 de abril, às 14h, na subsede sindical no HU.

10º CON Sintufrj

DÉCIMO CONGRESSO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - DE 8 A 10 DE JUNHO DE 2010

Com esta edição circula o encarte especial com as teses ao 10º CONSINTUFRJ inscritas pelas correntes políticas que atuam na UFRJ. O caderno também traz o calendário das primeiras reuniões na base para eleição de delegados ao Congresso do SINTUFRJ.

DOIS PONTOS

Assassinatos no campo continuam

No dia 31 de março, o coordenador de Políticas Agrárias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará (Fetraf), companheiro Pedro Alcântara, foi assassinado com cinco tiros, no município de Redenção, no sul do estado, quando caminhava com a esposa pela cidade no final da tarde. Segundo testemunhas, o sindicalista foi executado numa emboscada por dois pistoleiros de moto, que fugiram após os disparos.

Pedro Alcântara chegou a relatar ao fórum de direitos humanos que há um mês vinha sofrendo ameaças de fazendeiros. Atualmente a vítima não estava na coordenação de nenhum grupo de ocupação.

Fórum de Saúde do Trabalhador cutista

A CUT e outras centrais sindicais se uniram e aprovaram a criação do Fórum de Saúde do Trabalhador, que será composto também pelo Dieese e Diesat. "O Fórum será um instrumento de debate e deliberações que ajudará na atuação do movimento sindical frente às diversas instâncias públicas, já que nós temos grande representatividade nestes setores", disse o secretário de Saúde do Trabalhador da CUT, Manoel Messias.

Além do Fórum, as centrais definiram também o fortalecimento do Observatório de Saúde do Trabalhador; a articulação do movimento sindical em relação às eleições da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que ocorrerá este ano; relação das centrais, Dieese, Diesat e a agenda para 28 de abril, Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho.

O Rio de Clarice

Domingo, dia 24 de abril, o Rio de Clarice está na programação do Viradão Cultural organizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. O evento consiste em um passeio literário pela vida e obra da escritora Clarice Lispector guiado pela biógrafa Teresa Montero. Serão percorridas ruas do Leme, passando pelos lugares de Clarice. Local do encontro: Restaurante Fiorentina, na Avenida Atlântica (próximo à Rua Gustavo Sampaio), às 11h (dura em torno de uma hora). Entrada gratuita.

Banqueiros não se comovem nem com as tragédias das chuvas

Escrito pelo Sindicato dos Bancários do Rio

Apesar da tragédia das chuvas, os bancos ainda não atenderam à solicitação do Sindicato do Rio de Janeiro, que pediu à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para que as faltas de bancários que não conseguiram chegar ao trabalho nos dias 6 e 7 de abril sejam abonadas. O documento foi enviado no dia 7.

"Continuamos aguardando uma resposta. O país inteiro sabe que a cidade parou com as chuvas, resultando, inclusive, em mortes. Não faz sentido os bancos considerarem falta, quando, na verdade, muitos bancários não conseguiram chegar ao local de trabalho. Os banqueiros não se sensibilizam nem com tragédias como as do Rio de Janeiro e Niterói", critica o presidente do Sindicato, Almir Aguiar.

Itaú Unibanco pressiona

No Itaú Unibanco, bancários denunciaram ao Sindicato que o superintendente Fábio Pismel (Região 63) teria obrigado os funcionários a trabalhar nos dias 6 e 7. E o pior: a "orientação" é para que os bancários trabalhassem em "qualquer agência próxima de sua residência".

"As próprias autoridades públicas orientaram a população a não saírem de casa durante o período das chuvas. É um absurdo, uma irresponsabilidade o Itaú Unibanco ter obrigado os bancários a trabalhar. Com o maior índice pluviométrico dos últimos 44 anos, o banco colocou em risco a vida de seus funcionários", ressalta Almir. O sindicalista enviou ofício à prefeitura e ao governo do estado pedindo que os bancos fossem notificados a respeito da orientação dada pelos dois governos durante as chuvas para garantir a segurança da população.

Foto: Divulgação

OS AUTORES: Vitto Giannotti e Sérgio Domingues falam à imprensa sobre o livro em parceria

Editora NPC lança Dicionário de Politiquês no Metroviário

Será dia 28 de abril, às 19h, no Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, o lançamento do curioso *Dicionário de Politiquês*, de Vitto Giannotti e Sérgio Domingues, leitura indispensável para aqueles que escrevem para milhões.

A publicação é um manual prático com cerca de 3.500 verbetes, segundo os autores, "traduzidos para a língua dos normais", a maioria da população que não passou mais do que oito anos nos bancos escolares.

"A ideia-chave do *Dicionário de Politiquês* é que o intelectual, como o artista, para cumprir seu papel tem que estar onde o povo está e efetivamente comunicar-se com ele. Vito Giannotti, um intelectual que provém da classe trabalhadora, como poucos entendeu a importância da mensagem de Gramsci sobre a necessidade de elevação moral e intelectual dos trabalhadores para sua organização e luta por seus interesses", afirma o educador Gaudêncio Frigotto, que prefacia o livro.

"Temos que convencer vários milhões de que é necessário mudar os rumos, participar, se mobilizar e tomar o poder das mãos dos nossos inimigos de classe. E como se convence? Comunicando. Em que língua? Na que todos entendem", afirma Giannotti.

Para Sérgio Domingues, sociólogo com foco na comunicação popular, membro do NPC e editor da página do coletivo *Revolutas* (www.revolutas.net), onde escreve sobre mídia, cinema e socialismo, Blog: midiavigiada.blogspot.com, um dos maiores problemas na linguagem dos veículos de comunicação é o uso dos jargões. "Temos que aprender a falar com os milhões, e não ter medo dos milhões."

No lançamento haverá debate com os autores, com Gaudêncio Frigotto e Gas-PA, do movimento Hip Hop Lutarmada; MC Leonardo e Gizele Martins, do jornal *O Cidadão,* da Maré.

O Sindicato dos Metroviários fica na Avenida Rio Branco, 277, 401, Centro.

Como comprar o livro: acesse o boletimnpc@uol.com.br e npiratininga@uol.com.br ou pelo telefone 2220-5618.

JORNAL DO SINTUFRJ
JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598 - CNPJ:42126300/0001-61

Coordenação de Comunicação Sindical: Ednea Martins, Jeferson Salazar e Nivaldo Holmes / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação **Edição:** Ana de Angelis / **Reportagem**: Ana de Angelis, E. A. C. e Regina Rocha / **Secretária:** Andrea de Barros Fernando / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Luís Fernando Couto e Jamil Malafaia / **Ilustração:** André Amaral / **Fotografia:** Cícero Rabello / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** 21 2260-9343. **Tels.:** 2560-8615/2590-7209, ramais 214 e 215.

DEFESA DE DIREITOS

Manifestação em Brasília repudia projeto que congela salários dos servidores públicos

Fasubra leva maior número de trabalhadores à marcha. Federação e sindicatos na luta contra o golpe do Congresso

Fotos: Raquel Carlucho

MILITANTES E DIRIGENTES do SINTUFRJ fizeram a diferença na marcha em defesa do serviço público e dos salários da categoria

Trabalhadores do serviço público de todo o país protestaram na capital federal contra o Projeto de Lei n° 549/09. O ato fez parte da Marcha Unificada do Serviço Público, organizado por diversas entidades e centrais sindicais, contra o projeto que limita o investimento público e que contém um artigo que congela os salários dos servidores por 10 anos. Dos três mil participantes, mais de mil foram de trabalhadores técnicos-administrativos em educação das universidades federais dos sindicatos filiados à Fasubra.

Pela manhã teve início a marcha, cujo percurso foi da Esplanada dos Ministérios até o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), onde foi realizado um ato político com diversas intervenções de representantes das centrais sindicais e das entidades que representam os servidores públicos. À tarde, uma representação do funcionalismo foi recebida no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Os sindicalistas conversaram com os parlamentares sobre as implicações do PLP 549 para o serviço público, seus servidores e as consequências à população.

Entre a representação dos servidores da ação na Câmara participaram as dirigentes do SINTUFRJ Iaci Azevedo e Carmen Lúcia; pela base, José Oliveira e Benedito; pela CUT, Lúcia Reis; e em nome da Fasubra, o coordenador-geral Paulo Henrique dos Santos, que fez um pronunciamento.

Ação positiva

Segundo Lúcia Reis, diretora da CUT nacional e técnica-administrativa da UFRJ, a Central já vinha trabalhando no Congresso Nacional contra este projeto, e a manifestação foi importante para despertar os servidores para as suas consequências, iniciar uma ação conjunta das entidades e pressionar os parlamentares. Na avaliação da dirigente, a Fasubra teve uma participação expressiva na manifestação, assim como a Condsef, que, apesar de não ter levado um contingente significativo à marcha, tem feito um trabalho sistemático no Congresso Nacional. Para ela, as perspectivas da luta são boas.

"O relator do projeto, Luiz Carlos Busato (PTB/RS), colocou-se contrário à sua aprovação. Ele disse ter ido ao MPOG e que lá também há discordância. O que devemos fazer agora é atuar na Comissão de Trabalho nos dias 5 e 12 de maio para este projeto ser barrado, e, paralelamente, investir em um requerimento do deputado Mauro Nazif (PSB-RO), que pede seu arquivamento. Iniciamos o processo com a marcha, mas a pressão deve continuar para aproveitar o período eleitoral e acabar de vez com esta ameaça para o serviço público e para os servidores", concluiu Lúcia.

Para a coordenadora-geral do SINTUFRJ, Iaci Azevedo, a categoria saiu vencedora. E vem se saindo bem combatendo os projetos de desmonte do serviço público: "Combatemos o primeiro e agora criaram outro igual. É o desmonte do serviço público. Lutamos contra o PLP 92, que cria as Fundações Estatais de Direito Privado, e fomos vitoriosos. E a base da Fasubra novamente responde em tempo hábil a mais uma investida. O plantão da Fasubra tem atuado nesta questão e vem continuamente fazendo gestões junto aos parlamentares."

O coordenador-geral da Fasubra, Paulo Henrique, reforçou os argumentos de Iaci e destacou a importância da unidade dos trabalhadores do serviço público em torno da defesa de uma política de estado que seja voltada para a população: "Levamos mais de mil da base da Fasubra a Brasília. E com isso, colocamos a importância maior de se compreender a necessidade de unificação de todos os servidores públicos e de suas entidades. O PLP 549 não trata apenas de congelamento de salários, mas também de uma política de estado e sua função estratégica em relação ao serviço público voltado para as necessidades da população."

SINTUFRJ presente

Entidades de base da Fasubra de todo o Brasil e seus trabalhadores foram os que engrossaram a Marcha Unificada do Serviço Público. Segundo os coordenadores da Fasubra, Paulo Henrique dos Santos e Iaci Azevedo, a Federação foi a entidade que levou mais de mil servidores à Marcha Unificada. O SINTUFRJ foi a maior delegação com 85 companheiros. "Nossa participação foi marcante. Com organização e boa atuação, mostramos mais uma vez que a Fasubra e seus sindicatos estão sempre na linha de frente para defender o serviço público e seus trabalhadores", afirmou Iaci.

PLP desastroso

O Projeto de Lei n° 549/09 pretende alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal e estabelecer limites com gastos de pessoal no Serviço Público num período de 10 anos, e o reajuste será feito com base na inflação do ano anterior acrescida de 2,5% do aumento real da folha de pagamento. Dessa forma, os órgãos ficam impedidos de criar cargos e funções, realizar mudanças de carreiras e conceder reajustes ou adequar remuneração. O projeto foi aprovado por unanimidade - 48 votos - dos senadores presentes na sessão do plenário no dia 16 de dezembro de 2009. Agora tramita em regime de prioridade na Câmara dos Deputados.

Segundo a avaliação do coordenador-geral do SINTUFRJ, Jonhson Braz, o PLP é desastroso para os servidores e para a população que necessita de serviços públicos de boa qualidade: "Entra em choque direto com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). E segundo avaliação do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), a aprovação deste projeto representa um grande retrocesso para os servidores, pois o país está saindo da crise financeira mundial, a economia está em processo de recuperação e crescimento, e o congelamento do salário do servidor caminha na contramão do desenvolvimento do Estado brasileiro.

Para nós, servidores, a consequência mais desastrosa e imediata é que o projeto, se aprovado na Câmara, vai estagnar a capacidade governamental de corrigir as distorções existentes na estrutura de remuneração dos servidores, embaraçando nossa tão combalida carreira e tornando proibitiva a continuidade da Mesa de Negociação. Desse modo o governo terá que escolher entre a reposição do poder de compra dos salários ou a mínima expansão dos serviços públicos, prejudicando não só os servidores, mas toda a população."

Na sessão do Conselho Universitário no dia 15 de abril, o representante dos servidores técnicos-administrativos em educação, Jeferson Salazar, encaminhou ao reitor Aloísio Teixeira a proposta de constituição de uma comissão para avaliar o impacto que o PLP 549/2009 teria sobre os planos de expansão da UFRJ. Essa comissão seria formada por pessoas indicadas pela Administração Central, representantes do SINTUFRJ, Adufrj e DCE. A proposta também prevê a realização de no mínimo uma audiência pública, e que o relatório da comissão, após apreciação do Consuni, seja encaminhado à Câmara dos Deputados como uma manifestação institucional da UFRJ.

RAÇA E ETNIA

Hora de reafirmar cobranças políticas afirmativas às Ifes

Da discussão sobre cotas no GT-Itinerante da Fasubra sairá documento para debate nos Conselhos Universitários

O Estatuto da Igualdade Racial, reivindicação por cotas e políticas afirmativas foram alguns dos temas do GT-Itinerante da Fasubra Sindical Raça e Etnia, realizado entre os dias 9 e 11 de abril em Maceió e que reuniu cerca de 60 pessoas de 13 entidades da base da Federação. A delegação do SINTUFRJ contou com 10 companheiros. Nesta terça-feira, 20, às 14h, o GT-Antirracismo do Sindicato se reúne na subsede sindical no HU.

O próximo GT será em Brasília, em julho, e definirá o V Encontro Nacional de Técnico-Administrativos Negros e Negras das Universidades Brasileiras. Os coordenadores de Raça e Etnia da Fasubra, Iaci Amorim Azevedo e Rogério Fagundes Marzolla, abriram o evento. Segundo Iaci, no primeiro dia houve uma troca de experiências com a participação de pessoas antigas no movimento, que traçaram um histórico sobre o Estatuto de Igualdade Racial que tramita no Congresso Nacional.

"Houve acordo de que devemos deixar que se vote o Estatuto, mas depois vamos reunir o que não foi aprovado e as contribuições da Fasubra e dar forma a um projeto para tentar novas conquistas", explica Iaci Azevedo.

No segundo dia foi feita a análise da Lei n° 10.739, que obriga as escolas a ensinar história e cultura afro-brasileira. "Existe a lei e o Plano Nacional de Educação com diretrizes para sua implementação, mas nada é cumprido. A gente tem que ir às escolas públicas e privadas para ver se estão cumprindo a lei e reivindicar dos prefeitos e governadores a sua implementação. E as faculdades têm que adotar o conteúdo programático para que os profissionais saiam preparados", defendeu a coordenadora, que também informou que o GT vai elaborar um documento para ser trabalhado nos conselhos universitários. As direções sindicais farão um levantamento da situação em suas bases para conquistar políticas de cotas.

Segundo Iaci, o GT ainda vai produzir documento de contraponto ao comentário do senador Demóstenes Torres, para quem o estupro foi consensual na escravidão. "As mulheres eram utilizadas como mercadoria. Como poderiam resistir?"

DELEGAÇÃO DA UFRJ: dirigentes sindicais e militantes foram defender a luta por cotas raciais e sociais

Negros continuam na periferia

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos cursos fundamental e médio nas escolas públicas e particulares é obrigatório segundo a Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

Em documento subscrito pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, e por Edson Santos, na época secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, há o reconhecimento de que nem sempre a multiplicidade de identidades na população encontra sua proporcionalidade garantida no âmbito da educação. Segundo dados recentes do IBGE, 49,4% se consideram da raça ou cor branca, 7,4% preta, 42,3%, parda e 0,8% de outra cor ou raça – sendo a população negra formada pelos que se reconhecem pretos ou pardos.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelam que a população branca acima de 25 anos, 12,6% detém diploma de curso superior. Entre os negros, a taxa é de 3,9%.

Em 2007, os dados coletados pelo Censo de Ensino Superior indicavam a frequência de 19,9% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior. Já para os negros, o percentual é de apenas 7%.

Plano Nacional

Além da Lei n° 10.639, há pareceres do Conselho Nacional de Educação que orientam para mudar este quadro. Mesmo assim, a ação não se universalizou no sistema de ensino. Por isso, o governo apresentou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

"É necessária firme determinação para que a diversidade cultural brasileira passe a interagir o ideário educacional não como um problema, mas como um rico acervo de valores, posturas e práticas que devem conduzir ao melhor acolhimento e maior valorização dessa diversidade no ambiente escolar", diz o documento.

Negros são 1,7%

Segundo levantamento do Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior, o Brasil tem mais de 22 mil alunos negros matriculados em faculdades públicas que ingressaram no ensino superior graças a cotas raciais. O número representa 1,7% do total de 1.240.968 alunos matriculados registrados no Censo de Educação Superior de 2007. Das 249 instituições públicas brasileiras, 37,3% já oferecem ações afirmativas, como bônus na pontuação de provas, ou cotas raciais, ou para alunos de baixa renda ou provenientes de escolas públicas. Dentre essas instituições 26,9% oferecem cotas voltadas a negros e indígenas.

RAÇA E ETNIA

A História vista de perto

Os participantes do GT visitaram o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, fundado em 1580, local onde ocorreu a primeira tentativa de vida livre promovida pelos trabalhadores africanos nas Américas. Por isso o Quilombo dos Palmares tornou-se o maior ícone de resistência à escravidão.

O grupo conheceu a estrutura do Quilombo e a lagoa encantada dos negros, que abriga a Gameleira Sagrada, árvore considerada a essência da criação. "Foi emocionante. Fizemos ali uma reflexão sobre nossas origens. É como se estivéssemos em casa", contou Iaci.

Foto: Divulgação

Avaliação dos participantes

Na opinião do coordenador-geral do SINTUFRJ, Jonhson Braz, apesar de ter sido um evento bastante participativo, não cumpriu com o propósito a que foi convocado. "A pauta divulgada tratava especificamente de lutar pelas cotas nas universidades, mas a discussão ficou truncada. A falta de organização ficou evidente; não recebemos sequer a programação detalhada da discussão", criticou. Segundo Jonhson, a mesa do primeiro dia, formada por palestrantes convidados, foi desfeita, porque houve questionamento acerca do formato antidemocrático do evento, que tradicionalmente não teria mesa e todos os participantes teriam o mesmo tempo para falar. "Depois de longa discussão, deliberou-se que cada participante exporia suas ideias em 10 minutos. Acho que os palestrantes deveriam ter tempo para expor suas teses, porque isso enriqueceria o debate, que ficou prejudicado", afirmou.

Jonhson destaca como importante a discussão sobre as alterações no Estatuto da Igualdade Racial feitas no substitutivo aprovado no Congresso, que descaracteriza o projeto original, como, por exemplo, a exclusão do parágrafo que se referia a cotas na educação. "A luta daqui para frente é para aprovar as cotas raciais nas Ifes conforme deliberado na própria Conferência Nacional de Educação", concluiu.

A coordenadora de Políticas Sociais do SINTUFRJ, Vera Lúcia, considerou que houve bastante discussão sobre cotas: "Além de cotas, queremos ações para permanência destes estudantes nas instituições, que muitas vezes desistem por falta de condições financeiras para se manterem. A Fasubra deve pressionar o MEC por essa conquista. Queremos políticas que garantam aos jovens bandejões gratuitos, por exemplo." Segundo a sindicalista, o GT-Antirracismo do SINTUFRJ, dia 20, vai dar informes do GT-Itinerante da Fasubra e discutir como encaminhar as resoluções na UFRJ.

Para Carmen Lúcia, também coordenadora de Políticas Sociais, o GT foi uma experiência muito produtiva. "A maioria das pessoas estava almejando esse encontro, que há muito não era feito. Foi muito bonito. A discussão sobre cotas mostrou que é preciso tirar das pessoas o preconceito de que vai diminuir a excelência na graduação com o acesso de alunos cotistas, ao contrário: os beneficiários pela política de cotas apresentam melhor desempenho. A única preocupação é a questão da permanência, do oferecimento de bandejões, transportes e alojamento."

O diretor da CUT-RJ, Francisco Carlos, considerou o GT positivo, pois a iniciativa da Coordenação de Raça e Etnia da Fasubra de apresentar os dados atuais sobre a aplicação das cotas nas Ifes fortalecerá a luta nas instituições que ainda não implementaram as cotas, como é o caso da UFRJ. Além disso, ele avaliou a visita à Serra da Barriga como um marco importante para identificar o processo de luta e resistência dos escravos.

UFRJ

EBA: Nova diretoria mantém proposta de expansão

Dirigentes eleitos sonham com mais espaço e professores e um centro de artes e cultura

A Escola de Belas Artes (EBA) expandiu vagas e criou cursos. Agora, almeja conquistar espaços adequados para acomodar o novo contingente de alunos, professores e funcionários. Esse foi um dos focos da gestão que terminou, de Ângela Ancora da Luz, e que já foi adotado pela que se inicia, com Carlos Gonçalves Terra à frente.

Carlos Terra e Helenise Monteiro Guimarães, diretor e vice-diretora da EBA, tomaram posse no dia 25 de março. Em seu discurso, Terra afirmou que pretende incentivar a criação de um novo espaço para abrigar a Escola, criar laços com outras instituições artísticas e continuar o trabalho que vinha sendo desenvolvido pela ex-diretora.

Ângela da Luz lembrou, em seu balanço, as reformas no auditório e no museu e a criação de novos cursos de bacharelados.

Boas perspectivas

Terra era vice-diretor da diretoria que saiu, e afirma que o objetivo da equipe é mesmo dar continuidade à gestão de Angela, com todos se empenhando pela expansão dos espaços ou por recursos para melhorar as atuais salas e laboratórios.

Além dos novos cursos, a EBA expandiu vagas e não há como fazer com que o espaço atual se multiplique. Por isso a Escola conseguiu um novo prédio, dentro do Programa de Expansão da UFRJ. "O primeiro módulo será dedicado à escultura", explica Terra, contando que, segundo a coordenação do Plano Diretor, a obra deve começar ainda este semestre. "Já temos o espaço e a verba já foi liberada", garante o novo diretor.

Pelo previsto no Plano Diretor, a construção dos outros módulos do prédio da EBA deve ocorrer entre 2012 e 2020.

Além da conquista do novo espaço, a gestão anterior recuperou o terreno da Avenida Mem de Sá, que estava sendo usado como estacionamento. A área foi doada por Belmiro de Almeida para realização de exposição de jovens e estudantes da EBA. Os planos para o local incluem uma galeria de artes, teatros e salas para cursos. A perspectiva é que a construção do prédio idealizado seja concluída em três anos.

Salas e professores

Segundo o diretor, a falta de salas de aula é o maior problema da Escola. Até o ateliê conhecido como Pamplonão foi reformado na última gestão. "Foi restaurado e hoje é um ateliê digno para estudantes e professores. Agora, estamos com obras nas oficinas de plástica", informou.

Mas a briga por expansão continua. "Brinquei com o reitor, na posse, que a EBA era uma das unidades que mais havia crescido. Ele riu. Porém, a gente cobra e ele ajuda bastante", disse Carlos Terra.

Outro problema que enfrenta são as reclamações dos alunos por falta de professores: "Isso acontece em toda a UFRJ; hoje está sendo feita uma seleção de substitutos e temos que aguardar e torcer para que o semestre não seja atrasado para que a gente possa cumprir o mínimo do calendário", torce Terra.

Entre os sonhos do atual diretor também está o incentivo aos novos cursos de graduação; a criação de semanas de arte, como as que são feitas pelos alunos que colocam a EBA em evidência; e a ampliação de intercâmbios internacionais. Além disso, está na prancheta a criação de novos cursos, como a graduação em Carnaval, talvez ligado às artes cênicas, para o qual tem havido grande procura. Ou especializações e mestrados profissionais e cursos a distancia.

Raio-X da EBA

A Escola de Belas Artes funciona no 7º andar do prédio da Reitoria e conta com 2.150 alunos – "Quase uma universidade dentro da universidade", brinca o diretor. Os estudantes estão distribuídos em 11 cursos: os recém-criados História da Arte, Comunicação Visual e Conservação e Restauração, além dos tradicionais: Pintura, Escultura, Gravura, Desenho Industrial com duas habilitações (Projeto de Produto e Programação Visual), Artes Cênicas (também com duas habilitações, Cenografia e Indumentária, Composição de Interior), Composição Paisagística e Licenciatura em Educação Artística em Artes Plásticas ou Desenho.

A Escola conta com um Laboratório de Computação Gráfica com salas de pesquisa, aulas e de administração. A Biblioteca Professor Alfredo Galvão possui mais de 30 mil livros, acervo constituído por mestres franceses, em 1816. O Museu D. João VI tem acervo permanente para visitação e pesquisa (entre 10h e 16h), que serve às aulas de desenho e história da arte e é usado em disciplinas ligadas à restauração e na formação dos demais cursos. Possui 3.653 peças museológicas e 6.221 documentos.

Foto: Divulgação

CARLOS Gonçalves Terra e Helenise Monteiro Guimarães à frente da EBA até 2014

CAOS NOS TRANSPORTES

CUT vai às ruas cobrar respeito à população

Escrito por Imprensa CUT-RJ

Dirigentes e militantes da CUT-RJ e de vários sindicatos filiados participaram de ato na quinta-feira, 15, na Central do Brasil, no qual protestaram contra a tortura diária a que são submetidos milhões de trabalhadoras e trabalhadores que utilizam diariamente trens, metrô, barcas e ônibus. O SINTUFRJ foi representado pelo coordenador-geral, Francisco de Assis.

O presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, comparou ironicamente o tratamento dado pelos bancos aos seus clientes Vips com a forma como são tratados os passageiros da SuperVia: "Enquanto os passageiros da SuperVia são agredidos pelos seguranças da empresa, e as barcas e o metrô prestam péssimos serviços à população, a agência reguladora, cujo papel seria a fiscalização dessas empresas em nome da sociedade, cruza os braços e nada faz. A situação nos transportes no estado é de verdadeira calamidade."

Já para Roberto Ponciano, secretário de Formação da CUT-RJ e coordenador do Sisejufe, os baixos salários pagos aos ferroviários pela SuperVia, as jornadas excessivas de trabalho (com maquinistas dobrando seus turnos frequentemente) e os treinamentos precários oferecidos são fatores que alimentam a crise e contribuem para deterioração dos serviços.

Diversos dirigentes de sindicatos cutistas também usaram a palavra durante a manifestação e demonstraram indignação com a realidade atual dos transportes no estado. O presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, Almir Aguiar, enfatizou a omissão das autoridades diante do sofrimento diário das pessoas nos trens, metrô e nas barcas.

"É preciso denunciar o absurdo que significa a prorrogação por parte do governo do estado dos contratos de concessão com a SuperVia e com o Metrô, muito antes do prazo de encerramento. Ou seja, essas empresas acabam premiadas pela violência com que tratam os passageiros e por serviços da pior qualidade possível", denunciou Neuza Luzia, vice-presidente da CUT-RJ.

Também presente ao ato, o deputado estadual Alessandro Molon (PT) parabenizou a CUT pela campanha em defesa de transportes dignos para a população e chamou a atenção para as dificuldades que vem encontrando para criar a CPI do Metrô, na Alerj, uma vez que o presidente da Casa, deputado Jorge Picciani insiste em impedir a instalação da comissão, mesmo com o número mínimo de assinaturas já ter sido alcançado com sobras. "Fui obrigado a entrar na justiça, e tenho certeza que a CPI vai sair mesmo contra a vontade do Picciani."

Foto: Nando Neves

DIRIGENTES da CUT-RJ e lideranças sindicais conduzerm o ato

UFRJ

Diretor reeleito quer a expansão da Faculdade de Farmácia

Ele pretende, em convênio com o HU, transformar a Farmácia Universitária em farmácia social voltada para os pacientes

A comunidade da Faculdade de Farmácia deu seu voto de confiança à chapa Consolidação, composta pela maioria dos professores da gestão anterior, na eleição paritária realizada dias 13, 14 e 15 de abril para a nova direção 2010-2014. O diretor Carlos Rangel e seu vice, Lucio Cabral, foram reeleitos com 87% dos votos válidos. O resultado do pleito foi conhecido na sexta-feira, dia 16.

"O importante é que tivemos a aprovação em todas as categorias, o que reforça a continuidade de nossos projetos e a confiança da comunidade depositada na chapa. O resultado é um suporte para a nova gestão", avaliou Carlos Rangel. O novo diretor explicou que a ideia agora – no primeiro mandato o objetivo era a integração – é consolidar alguns projetos iniciados na gestão anterior e fazer crescer ainda mais a unidade.

Carlos Rangel, que tem doutorado e é especialista em química medicinal, tem perspectiva de expandir o curso de Farmácia e torná-lo de maior excelência. Ampliar a Farmácia Universitária, consolidar a graduação em Macaé e os cursos de mestrado e doutorado estão entre as metas futuras.

Fotos: Cícero Rabello

CARLOS Rangel: política de pessoal é incentivar o aprimoramento intelectual dos profissionais

Segundo Rangel, o curso de Farmácia da UFRJ é referência, muito disputado, e dele não sai profissional desempregado. E na unidade todos trabalham em conjunto. "Aqui não existem projetos pessoais", disse. Por isso a perspectiva de ampliação da Farmácia Universitária, que, em convênio com o HU, se transformará numa farmácia social com olhar voltado mais para o paciente; e um novo projeto pedagógico com a consolidação de novas áreas de conhecimento ligadas à indústria, fitoterápicos, homeopatia, análises de alimentos e clínica, com disciplinas de quatro áreas para as ciências farmacêuticas.

Quanto aos técnicos-administrativos em educação, o diretor reeleito diz que sua política é a de sempre incentivar o aprimoramento intelectual dos profissionais da unidade. Ele enumerou os funcionários que fazem pós-graduação, especialização, mestrado e doutorado, e os que cursam inglês e informática. "Para isso temos um plano de qualificação com critérios claros e definidos para não comprometer a rotina de trabalho", explicou, completando: "Os debates para a eleição, por exemplo, foram de alto nível, pois a nossa relação é a mais democrática possível. Existe uma pessoa específica responsável por tratar dos problemas que são trazidos à direção. As portas da minha sala estão sempre abertas à comunidade."

O dirigente admite que a Farmácia não é uma ilha de tranquilidade diante dos problemas estruturais da universidade, como o apoio ao estudante carente, por exemplo. "Sofremos também com déficit de funcionários, o que dificulta o apoio ao curso noturno. Mas temos a promessa do pró-reitor Luiz Afonso (Pessoal) para alocação do pessoal necessário", adiantou. Quanto à infraestrutura, Rangel disse que foi feita grande reforma no subsolo, o que possibilitou maior número de salas e laboratórios. "No dilúvio de 5 de abril não tivemos os prejuízos das demais unidades que tiveram alagamentos, etc.", informou.

MUSEU NACIONAL

Museu Nacional vai levar Iniciação Científica ao ensino médio

Outra meta da atual dirigente da instituição é melhorar o diálogo interno para dividir problemas e soluções

A antropóloga Cláudia Rodrigues Ferreira é a nova diretora do Museu Nacional. Ela substitui Sérgio Alex, que ocupou o cargo por dois mandatos. O vice-diretor eleito é o professor Marcelo de Araújo Carvalho, ex-chefe do Departamento de Geologia e Paleontologia.

A cerimônia de posse foi no dia 1º de abril e só uma chapa concorreu ao pleito. Assumir a direção da mais antiga instituição científica do país e o maior museu de história natural e antropológica da América Latina é um desafio que a profissional, há 11 anos na unidade, diz ter tido a coragem depois de muitas conversas e incentivo da comunidade.

Abertura de novas exposições e cursos, continuidade das obras no prédio e recuperação do jardim imperial fazem parte dos projetos da nova diretora. Ampliar o diálogo entre o museu e outras instituições e expandir o programa de Jornada Científica para o ensino médio também estão na pauta. Melhorar a comunicação interna e promover reuniões de trabalho são medidas que a diretora adotará para qualificar o diálogo com a comunidade do Museu, para dividir problemas e buscar soluções conjuntas.

Falta de pessoal

Em relação aos problemas, o Museu sempre sofreu com recursos escassos e falta de pessoal. Segundo o ex-diretor, Sérgio Alex, que participou da cerimônia de posse, de 2004 até 2009 apenas sete novos funcionários entraram para a unidade. Somente em 2010 houve novas nomeações: 15 funcionários. Seus dois mandatos levantaram o Museu Nacional com captação de recursos através de convênios e a nova diretora não pretende deixar a bola cair.

CLÁUDIA Ferreira assume o desafio de dirigir uma instituição que é referência na AL

"Temos prioridades em várias áreas, mas o fundamental é manter o que já foi conquistado e avançar para o crescimento acadêmico-científico e de atendimento à população. Há 11 anos não tínhamos nem um sistema geral de telefonia!", afirmou Cláudia Rodrigues. Mas uma das grandes dificuldades apontadas por ela e já mencionada pelo antigo diretor refere-se a pessoal. Segundo a diretora, a maioria está para se aposentar e a experiência e a especificidade dos profissionais que trabalham no museu não permitem que estes sejam substituídos simplesmente. "Tanto docentes quanto técnicos-administrativos têm um acúmulo nesta casa adquirido ao longo de muitos anos. Não sei como será", disse, preocupada.

UnB para pelos 26,05%

O SINTUFRJ está acompanhando a luta na UnB e já se pôs à disposição dos companheiros do Sintfub para ajudá-los no que for necessário

Fotos: Internet

TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DA UnB em uma das assembleias de greve pelos 26,05%

Os três segmentos da Universidade de Brasília (UnB) iniciaram greve dia 11 de março em protesto pelo corte do pagamento da URP.

A URP é um índice econômico criado em 1987 para reajustar preços e salários. Inicialmente, apenas os servidores que entraram na Justiça ganharam direito ao benefício. Em 1992, por decisão da reitoria da UnB, o percentual de 26,05% se estendeu a todos os funcionários.

Há algumas semanas, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) questionou a extensão do benefício pela UnB, por considerar que deveria ser paga aos amparados por decisão judicial.

Os docentes da UnB, os primeiros a entrar em greve, tinham como defesa uma liminar e um mandado de segurança coletivo.

Depois que os professores deflagaram o movimento grevista, no início de março, um dia depois do início do ano letivo na instituição, o MPOG divulgou comunicado no qual afirmava que seriam cumpridas as decisões judiciais, e que os servidores que teriam direito aos 26,05% eram os beneficiados das reclamações trabalhistas, liminares e mandados em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF). Nesse caso, somente os professores.

O MPOG informou também que faria um levantamento para definir quem eram os funcionários protegidos por liminar e que continuariam a receber a URP. O presidente da Associação de Docentes (Adunb), Flávio Botelho, que não está confiante no que diz o MPOG, mas que "no momento, porém, o que nos preocupa é a situação dos técnicos-administrativos". Ele espera que os professores decidam, na assembleia nesta terça-feira, por ser solidários aos colegas e manter a paralisação.

O Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SintFub pretende recorrer, caso os 26,05% não sejam mantidos em seus contracheques).

Segundo a Agência UnB, servidores e representantes da administração traçam estratégias para garantir o pagamento para todos, com base em parecer da Advocacia-Geral da União e decisão do Tribunal Regional Federal favoráveis aos técnicos-administrativos.

Os protestos pedindo a manutenção da URP continuaram na semana passada. No dia 15 de abril, os grevistas fizeram uma passeata na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

O Comando Unificado de Greve iria se reunir na sexta-feira, dia 16, no auditório da Reitoria, para debater sobre a paralisação.

GREVISTAS fazem manifestação nas ruas de Brasília

Bombeiros hidráulicos

A coordenadora-geral do SINTUFRJ, Iaci Azevedo, reuniu-se com a assessoria da coordenação-geral de Negociação e Relações sindical do MPOG para tratar do pagamento de exercícios anteriores que são devidos aos bombeiros hidráulicos da UFRJ. Como a titular da pasta, Eliane Cruz, não se encontrava, a assessoria ficou de marcar uma audiência para o SINTUFRJ.

CUT e Sisejufe promovem curso de marxismo

O sociólogo e professor da Uerj, Emir Sader, ministrou a conferência de abertura do curso "Marxismo(s)", no auditório da CUT, dia 12 de abril. O curso é promovido pela Secretaria de Formação da CUT-RJ em parceria com o Sisejufe-RJ. Logo no início de sua participação, Emir Sader parabenizou os organizadores do curso, por terem escolhido o marxismo como tema, e os alunos, pelo esforço de conciliar o estudo do marxismo com suas tarefas cotidianas. Os alunos do curso "Marxismo(s)" terão aulas sobre diversos assuntos, com professores especializados na obra de Karl Marx durante as próximas 16 semanas (sempre às segundas-feiras, das 19h às 21h30).

Antes do professor Emir Sader iniciar a aula magna, o presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, e o secretário de Formação da Central, Roberto Ponciano, abriram o evento saudando o convidado e o público presente. Darby enfatizou que a formação dos militantes é essencial para o movimento sindical e por isso a CUT-RJ a colocou como uma de suas prioridades nessa gestão. Já Ponciano se deteve nos objetivos do curso: "Não queremos transformar ninguém em marxista ou comunista, vamos oferecer um instrumental teórico para a compreensão do marxismo." A integrante da Executiva Nacional da CUT, Lúcia Reis, também saudou o evento em nome da CUT Nacional.

Aula especial

Segundo Emir Sader, o resultado da aplicação prática da teoria marxista pode variar conforme as circunstâncias e especificidades de cada local e/ou época histórica, mas o método marxista e a capacidade de análise da sociedade que ele proporciona são insuperáveis. Para reforçar essa tese, Emir citou o filósofo existentencialista Jean Paul Sartre: "o marxismo é a teoria indispensável para o nosso tempo".

Para demonstrar que "o nosso tempo" de Sartre, notadamente o tempo da hegemonia do capital sobre a humanidade, ainda não passou, Emir Sader se debruçou sobre a questão colocada para o debate, quanto à aplicação atual da obra produzida no século XIX. Citou as crises econômicas, que o marxismo entende como efeito direto do sistema capitalista, demonstrando que esse sistema produz muita riqueza, mas não distribui a renda necessária para que os trabalhadores consumam essa riqueza, ou seja, acaba gerando frequentemente superprodução ou subconsumo.

Fonte: Imprensa CUT-RJ